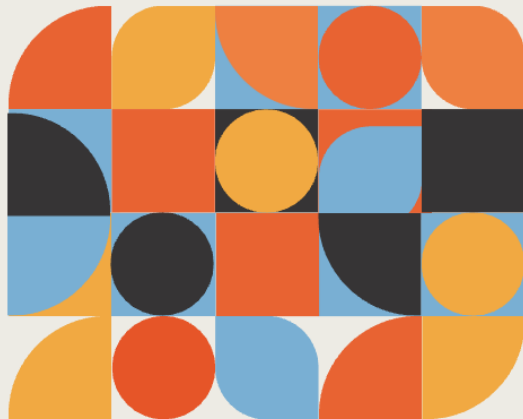




A INVISIBILIDADE DA COSTUREIRA: COMO DAR VOZ AO SUBALTERNO EM UM SISTEMA CAPITALISTA?

The invisibility of the seamstress: how to give voice to the subaltern in a capitalist system?

Haas, Bruno; Universidade Federal de Juiz de Fora;
brunohaas22@gmail.com¹

Oliveira, Gabriela Andrade; Universidade Federal de Juiz de Fora;
gabi.oliveira@ufjf.br²

Resumo: Este trabalho discute a ausência da voz de costureiras no discurso da moda sustentável que trata de trabalho justo – discurso enunciado por e para consumidores, mas que frequentemente se utiliza da figura da costureira, que raramente é enunciativa ou destinatária desse discurso. Assim, o trabalho reflete sobre o que está por trás da ausência das vozes (individuais ou coletivas) dessas profissionais e propõe meios pelos quais se pode (re)tomar o debate sobre “trabalho justo”, “valor justo” e coletividade em classes trabalhadoras diluídas pelos desdobramentos do capitalismo em uma era de crises.

Palavras-chave: Trabalho justo; Indústria da moda; Subalternidade.

Abstract: This work discusses the absence of seamstresses’ voices in sustainable fashion discourse that addresses fair labor – discourse articulated by and for consumers, but which frequently uses the figure of the seamstress, who is rarely an enunciator or addressee of this discourse. Thus, the work reflects on what lies behind the absence of these professionals’ voices (individual or collective) and proposes means by which the debate on “fair labor”, “fair value”, and collectivity in working classes diluted by the unfolding of capitalism in an era of crises can be (re)taken.

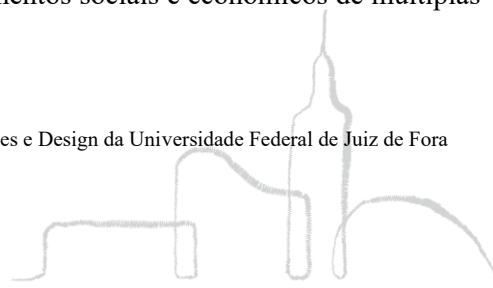
Keywords: Fair labor; Fashion industry; Subalternity.

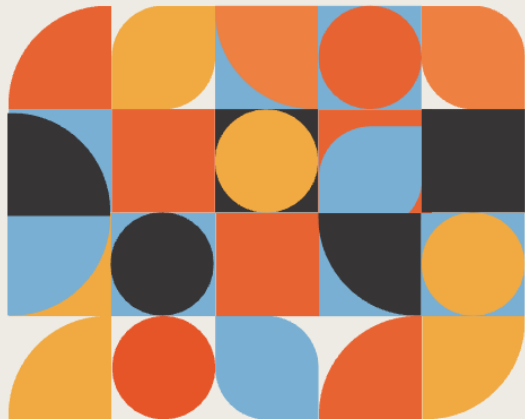
Introdução

As assimetrias do sistema produtivo de moda contemporâneo caracterizam-se pela exploração sistemática dos profissionais que atuam na base da cadeia produtiva, que enfrentam os desdobramentos sociais e econômicos de múltiplas

¹ Acadêmico do curso Bacharelado em Moda da UFJF.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (IAD/ UFJF).





20^º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

formas de precarização laboral. Entre os principais mecanismos destacam-se: os efeitos da globalização, as terceirizações e quarteirizações da produção, a forte presença do trabalho informal na indústria da moda (Berlim, 2012) e a divisão capitalista do trabalho, que estabelece papéis e relações de poder específicas no setor (Contino; Cipiniuk, 2017). Essas dinâmicas frequentemente se associam às desigualdades geográficas, de gênero e classe.

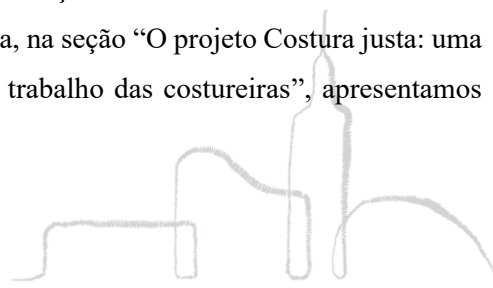
Embora a exploração laboral na base da cadeia produtiva da moda pareça ter emergido com o *fast fashion*, o caráter migratório das indústrias do vestuário em direção a regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica constitui uma prática histórica. Desde os primórdios da industrialização, mulheres privadas de direitos trabalhistas são submetidas a jornadas extenuantes em troca de remuneração mínima para subsistência (Gordon; Hill, 2015).

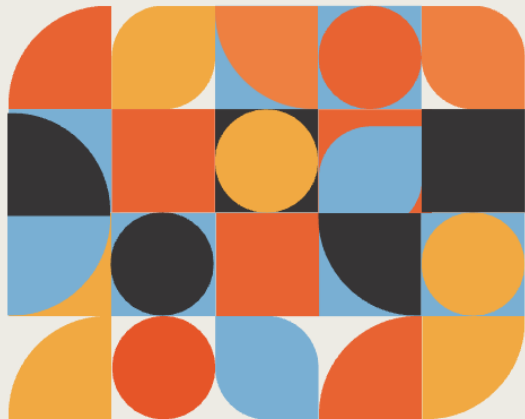
A invisibilidade das costureiras, especialmente aquelas que trabalham de forma autônoma e frequentemente informal, representa um questionamento fundamental sobre os interesses da indústria da moda atual e do próprio contexto neoliberal. Esse apagamento das trabalhadoras enquanto vozes ativas - reduzindo-as a personagens ilustrativos - evidencia a necessidade de amplificar aquelas sistematicamente silenciadas. Tal silenciamento resulta de uma cultura que promove a transformação do cidadão em consumidor e do trabalhador em “empreendedor de si”, desidentificando-os de seus pares e diluindo as lutas coletivas em favor de uma suposta autonomia laboral (Streeck, 2013).

Este trabalho desenvolve-se nessa direção e origina-se de uma pesquisa vinculada ao projeto de extensão “Costura justa”, que visa instrumentalizar costureiras autônomas sobre o conceito de “valor justo” através de um recurso. O objetivo deste artigo é refletir sobre as causas da crescente ausência da voz dessas profissionais na cadeia produtiva da moda e nos próprios discursos sobre trabalho justo, propondo simultaneamente ferramentas para contornar essas ausências.

Nossa hipótese centra-se na premissa de que a invisibilidade das costureiras se encontra na desmobilização das lutas coletivas que anteriormente lhes permitiam “tomar a palavra”. Atualmente, essas lutas cederam lugar à individualidade e à responsabilidade de empreender a si mesmas sem recursos adequados, cerceando as possibilidades de serem ouvidas e de conquistar espaços de fala (Spivak, 2010). Como alternativa, apresentamos a proposta do projeto de extensão que desenvolve uma aplicação digital para abrir diálogo e suscitar questionamentos sobre “valor justo” e “valorização do tempo de trabalho”.

Assim, este artigo está organizado da seguinte forma: na seção intitulada “O cidadão como consumidor, a individualização dos sujeitos e a subalternidade da costureira” refletimos sobre a situação de trabalho atual das costureiras e a ausência de suas vozes nas discussões sobre trabalho justo na moda; em seguida, na seção “O projeto Costura justa: uma proposta para a conscientização, o diálogo e a reflexão sobre tempo e valor do trabalho das costureiras”, apresentamos alternativas para a questão a partir da proposta do projeto.





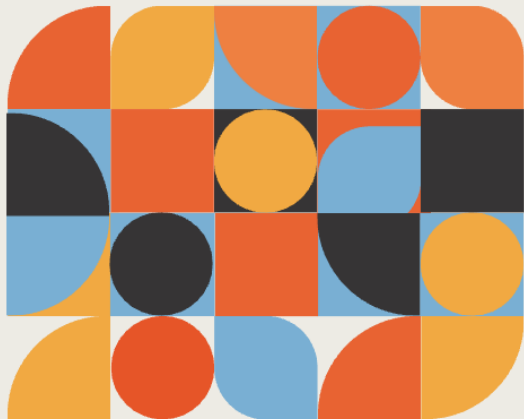
O cidadão como consumidor, a individualização dos sujeitos e a subalternidade da costureira

Nesta seção, discutimos o fato de as costureiras e outros trabalhadores da base da cadeia produtiva da moda estarem ausentes -- enquanto vozes ativas -- das discussões que tratam de trabalho justo nesse setor. É comum observarmos a figura da costureira aparecer ilustrativamente em matérias jornalísticas ou movimentos de moda sustentável, mas raramente essa profissional ocupa o lugar de enunciativa desses discursos.

Apesar de hoje a voz da costureira estar mais ausente das discussões sobre trabalho justo na moda, historicamente, nem sempre foi assim. O histórico de mobilizações em prol da melhoria das condições de trabalho no setor manufatureiro ecoa desde a inserção da mulher na indústria têxtil e do vestuário. Em 1890, surgiu o sindicato feminino estadunidense *International Ladies' Garment Workers' Union* (ILGWU), que já buscava conscientizar as consumidoras sobre como suas escolhas de consumo refletiam na manutenção de um sistema de trabalho opressor (Gordon e Hill, 2015).

Oliveira (2022), por sua vez, observa que essa mobilização é semelhante ao que se vê hoje em movimentos como o Fashion Revolution, que convida o consumidor a refletir sobre os impactos de suas escolhas de consumo. Entretanto, houve uma mudança significativa: um deslocamento do protagonismo das costureiras para as consumidoras e outros atores sociais que ocupam lugares de maior poder no setor e assumem o papel de principais enunciativos dessa mobilização.

A atual ausência da costureira e, conseqüentemente, a retomada do discurso sobre trabalho justo na moda por atores sociais em posições de maior poder não é um mero acaso. Na verdade, reflete as dinâmicas da divisão capitalista do trabalho que prevê o controle hegemônico dos meios produtivos e dos processos realizados pelo trabalhador, buscando progressivamente fracionar a execução da produção, aumentando a produtividade e impedindo que os trabalhadores e trabalhadoras tenham conhecimento do todo (Cipiniuk e Contini, 2017), criando assim uma interdependência entre os trabalhadores e meios de produção (que não lhes pertencem). Mesmo diante da modernização, o setor de confecção necessita intrinsecamente de mão de obra humana. Dentro da lógica capitalista, é interessante manter o trabalhador da linha de produção repetindo processos operatórios, tornando sua mão de obra progressivamente mais barata, substituível e subordinada, configurando este silenciamento como programado e desejado pela indústria.



20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

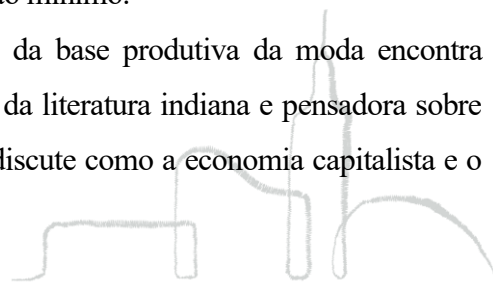
DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

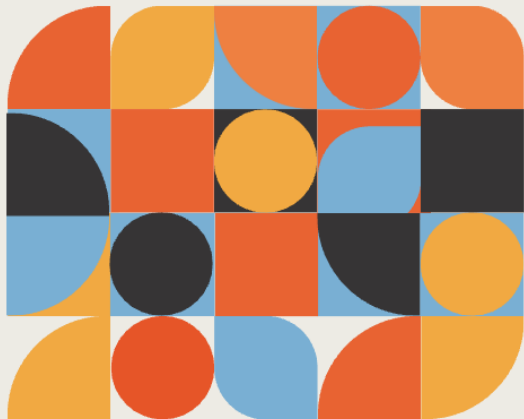
Streeck (2013) analisa como a economia capitalista, durante a reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, passou a buscar intensivamente a individualização no design dos produtos e maior variedade de opções ao consumidor. Essa segmentação visava atender desejos específicos, levando consumidores a gastar mais recursos devido ao nível de personalização, recorrendo a empréstimos ou aumentando sua carga de trabalho. Para manter esse sistema, as indústrias passaram a encurtar deliberadamente o ciclo de vida dos produtos, implementando produção mais automatizada e descentralizada, alimentando no consumidor a possibilidade de satisfazer desejos individuais em detrimento do senso de coletividade.

A automatização da produção, seguida de uma nova dinâmica projetual dos itens de moda, mais complexa, cresceu paralelamente ao aumento da exploração e precarização do trabalho dos profissionais envolvidos no desenvolvimento desses produtos, que, no contexto do design de moda, termina por legitimar apenas o papel do criador individual, conforme destacam Cipiniuk e Contini (2017). Entretanto, pensar a produção de imaterialidade (conceitos) dentro da lógica da moda só é possível porque esta se encontra contida no âmbito da materialidade (produção de bens materiais que permitem pensar a imaterialidade, como tecidos, aviamentos, botões e os próprios itens de vestuário), o que exige a presença de outros trabalhadores além do designer, que previamente fabricaram esses materiais, permitindo a possibilidade de materialização da ideia do designer. Portanto, o processo de individualização da criação, além de privilegiar apenas o “pensador” da criação, contribui para a manutenção dos profissionais da base da cadeia produtiva como subalternos ao criador de moda. Assim, criava-se um consumidor mais individualista e um trabalho que também individualiza o mérito da criação.

Retomando a análise de Streeck (2013), essa reestruturação capitalista alterou fundamentalmente o papel do Estado na oferta de bens e serviços, estabelecendo uma nova lógica centrada na premissa de que o consumidor pode abandonar produtos sem culpa. O enfraquecimento do senso de pertencimento a uma mesma classe social, combinado com a diminuição da relevância percebida do Estado, compromete gravemente as possibilidades de organização coletiva dos trabalhadores. Causas trabalhistas como a das costureiras, que antes possuíam meios de reivindicar melhorias através de sindicatos organizados, agora veem seus direitos básicos reduzidos ao mínimo.

Essa dinâmica de silenciamento dos trabalhadores e trabalhadoras da base produtiva da moda encontra respaldo teórico nos estudos de Gayatri Chakravorty Spivak, crítica e teórica da literatura indiana e pensadora sobre decolonialidades. Em seu ensaio “Pode o Subalterno Falar?” (2010), Spivak discute como a economia capitalista e o





20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

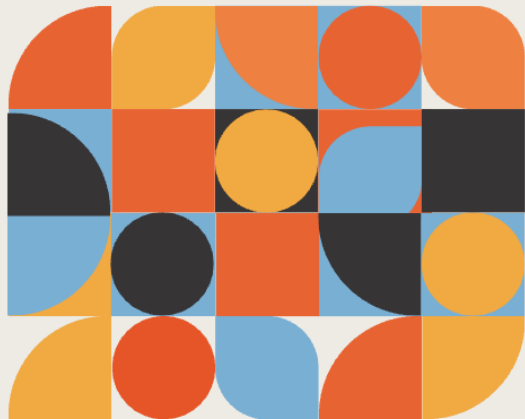
DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

projeto positivista empirista (e imperialista) fortalecem a divisão internacional do trabalho, gerando uma ausência de sentimento de classe. A autora argumenta sobre a importância de desafiar os discursos hegemônicos enquanto silenciadores do subalterno, pois estes podem reproduzir, através de seus discursos, todo um aparato eurocêntrico que impede que grupos em situação de subalternidade possam ser ouvidos e, principalmente, que possam exercer seus direitos políticos.

Spivak também reflete sobre os perigos que diferentes formas de representação apresentam. A representação enquanto imagem construída (*Darstellung*), que funciona como centro difusor dos ideais de um grupo, pode apresentar uma falsa figura representativa em casos específicos de sucesso, devendo ser questionada quanto ao seu aparato ideológico. Em contraposição, a representação política (*Vertretung*) garante a representação legal de um grupo por meio de um sujeito que busca “colocar-se no lugar de alguém”, interessado genuinamente em conquistar direitos para o subalterno.

Quando aplicamos essa análise ao caso das costureiras, observa-se que sua inserção dentro de um sistema econômico e produtivo que privilegia a exceção e a individualidade acima do coletivo culmina em uma falsa sensação de superioridade sobre o trabalho informal e autônomo – que gera isolamento das trabalhadoras e pode gerar a falsa crença de que são donas do próprio tempo. Isso termina por impedir a reflexão sobre a falta de direitos, de informação e de acesso a recursos que poderiam ter caso possuísem um lugar de fala reconhecido – daí a importância de criar espaços onde o subalterno possa se articular. Enquanto não se discutir o modo de produção e a lógica da alienação, ignorando essas necessidades, continua-se no Ocidente o projeto imperialista. Conforme Spivak (2010, p. 14) afirma, “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e como consequência, possa também ser ouvido”.

Em suma, esta seção buscou discutir sobre as razões pelas quais o silenciamento ocorre de forma sistêmica sobre a costureira (assim como com outras e outros trabalhadores da base da produção), estruturando uma reflexão que perpassou desde um dos movimentos pioneiros em busca de condições de trabalho justo dentro da indústria da moda, até noções teóricas mais contemporâneas envolvendo o capitalismo monopolista, os efeitos da divisão do trabalho e o consequente apagamento dos traços produtivos – e das pessoas envolvidas nessa produção. Refletimos também sobre a preconização do individualismo e da super personalização e seus efeitos políticos no mundo contemporâneo, assim como questões sobre o lugar do designer de produto e sua relação com a manutenção da exploração dentro das



dinâmicas industriais. Por fim, introduzimos a perspectiva de Spivak (2010) e a questão do subalterno, pensando sobre a importância de se desafiar os discursos hegemônicos e imaginar formas de dar voz a esses sujeitos. Na próxima seção discute-se a ferramenta que está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “Costura justa”, que visa justamente imaginar formas de dar voz a esses sujeitos.

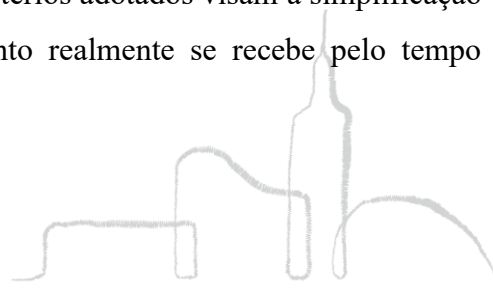
O projeto *Costura justa*: uma proposta para a conscientização, o diálogo e a reflexão sobre tempo e valor do trabalho das costureiras

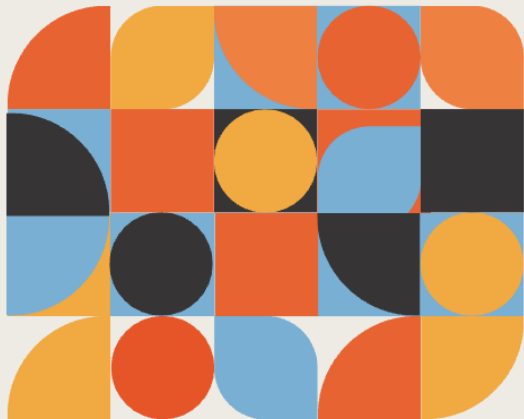
Diante do cenário de invisibilização e precarização apresentado, o projeto de extensão “Costura justa”, do qual este trabalho se origina, emerge como uma iniciativa que busca preencher uma lacuna significativa no movimento de moda sustentável: o fortalecimento direto das trabalhadoras da base da cadeia produtiva da moda. Os discursos de moda sustentável dirigem-se predominantemente aos consumidores, com pouca ação que transcenda o nível do consumo para apoiar a classe trabalhadora mais vulnerável (Oliveira, 2022).

O projeto fundamenta-se na ausência de espaços de diálogo com e entre as costureiras e na compreensão de que a atual dissolução das lutas coletivas transformou muitas dessas trabalhadoras que prestam serviços para a indústria em “empresárias de si mesmas”, porém sem recursos adequados para prosperarem autonomamente. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver ferramentas que instrumentalizem essas profissionais para maior consciência sobre o valor de seu trabalho.

A proposta central consiste no desenvolvimento de uma aplicação digital acessível, projetada para smartphones, que permita às costureiras autônomas calcularem o valor de seus serviços com base em critérios objetivos. A ferramenta operará através de uma metodologia simples: cronometrar o tempo despendido na execução de cada peça e calcular o “preço justo” considerando o valor do salário mínimo como referência básica.

Entendemos que a noção de preço justo é móvel e não se baseia exclusivamente em critérios objetivos, tampouco está alheia às dinâmicas do mercado. Mas, neste contexto, os critérios adotados visam a simplificação objetiva e acessível, um ponto de partida que permite evidenciar quanto realmente se recebe pelo tempo trabalhado, permitindo avaliação mais clara das condições de trabalho.





20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

Paralelamente ao recurso digital, o projeto também prevê ações educativas complementares que visam uma maior eficácia de sua aplicação, tais como oficinas sobre direitos trabalhistas, divulgação através de redes sociais e mapeamento de costureiras autônomas para demonstrações da ferramenta. Essas iniciativas visam ampliar o alcance do projeto e promover discussões mais amplas sobre trabalho justo na cadeia produtiva da moda, reunindo essas trabalhadoras.

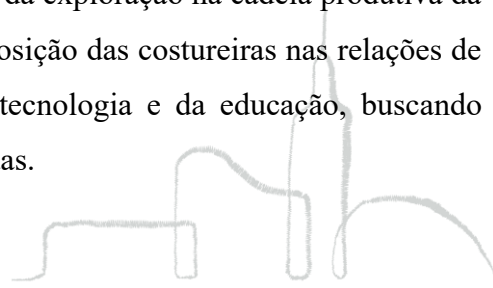
Reconhece-se que uma ferramenta digital, por si só, não possui capacidade de transformar estruturalmente as relações de poder na cadeia produtiva da moda. As costureiras continuarão inseridas em sistema de terceirizações que limita sua autonomia. Apesar disso, a iniciativa está vinculada a iniciar um debate mais profundo e direto com quem muitas vezes está excluído dele e utilizar a demonstração do preço justo como forma de conscientização e convite à luta por condições melhores.

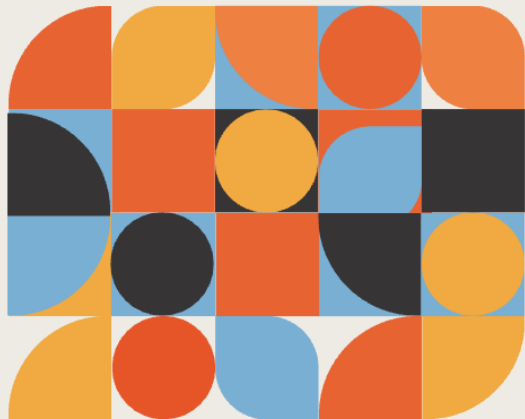
Considerações finais

Este artigo apresentou problemáticas associadas à condição dos trabalhadores da base da cadeia produtiva da moda, em especial as costureiras, que se agravaram com os avanços do capitalismo e as novas formas de exploração. Para tal, evocou o pensamento de Streeck (2013), Cipiniuk e Contini (2017) e Spivak (2010), além de observações de outros autores abordados ao longo do texto. O artigo também apresentou, como possível alternativa, a iniciativa do projeto de extensão “Costura justa”, materializando a articulação entre reflexão teórica e intervenção prática.

A proposta do projeto é desenvolver uma ferramenta digital que permite que costureiras calculem o preço de seu trabalho a partir do tempo trabalhado e valor do salário mínimo. Reconhecem-se, no entanto, os limites estruturais impostos pelo sistema capitalista de produção, ressaltando-se a importância desta ferramenta como forma de criar fissuras nesse sistema através do empoderamento individual e coletivo das trabalhadoras.

A iniciativa não pretende resolver definitivamente a problemática da exploração na cadeia produtiva da moda, mas contribuir para a construção de alternativas que fortaleçam a posição das costureiras nas relações de trabalho. Representa, portanto, uma proposta de resistência através da tecnologia e da educação, buscando recuperar a voz e a agência dessas profissionais sistematicamente silenciadas.





20^º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

A pesquisa, evidentemente, tomará novos contornos conforme avance, incluindo o mapeamento de costureiras, a investigação da cadeia produtiva local de Juiz de Fora (MG), onde o projeto é desenvolvido, e testagem da ferramenta diretamente com as costureiras, resultando em dados úteis para continuidade desta discussão.

Referências

BERLIM, L. **Moda e sustentabilidade: uma reflexão necessária.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.

CONTINO, J. M.; CIPINIUK, A. Ideologia, divisão capitalista do trabalho e papel social do designer: um estudo sobre a produção de materialidade no design de moda. **ModaPalavra e-periódico.** Ano 10, n.19, jan-jun 2017.

FARLEY GORDON, J.; HILL, C. **Sustainable fashion: past, present, and future.** London: Bloomsbury, 2015. E-book.

OLIVEIRA, G. A. **O discurso da moda sustentável: uma prática discursiva ativista?** 2022. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. **Piauí,** São Paulo, n. 79, abr. 2013.

